

Aumentam suspeitas de Gripe A

Publicação: 10 de Dezembro de 2009 às 00:00

Somente na primeira semana de dezembro o hospital Giselda Trigueiro notificou 150 casos suspeitos de gripe A (H1N1) à Secretaria de Saúde Pública do RN (Sesap). “Nos sete primeiros dias do mês o número de notificações é quase 50% maior do que o total de novembro, quando notificamos 104 casos”, avalia preocupada a diretora do hospital, Milena Martins.



Na recepção do Giselda Trigueiro é grande o número de pacientes à procura de atendimento - boa parte apresenta sintomas de gripe.

Segundo ela, o número de notificações começou a subir em outubro, quando foram 17 casos suspeitos. “Porém, particularmente desde domingo passado (06), notamos aumento acentuado no volume de atendimento no pronto socorro do Giselda”, disse. Ontem havia dez pacientes internados com suspeita de gripe A, e outros sete passaram na internação este mês.

Ela diz que a maioria dos atendidos têm sintomas leves de gripe. “Eles deveriam procurar os postos de saúde do município. O Giselda atende por classificação de risco, a prioridade se dá em função da gravidade: quem não é grave acaba esperando muito tempo, quando no posto poderia ser consultado mais rápido”.

Ontem à tarde a recepção do hospital tinha dezenas de pessoas aguardando o atendimento, algumas há varias horas e usando máscaras cirúrgicas no rosto. Era o caso do estudante Wendel Euzébio, que há dois dias tinha com febre, dor de cabeça e gripe. Passava das 14h e ele, que chegou às 10h na unidade, ainda não tinha previsão de ser consultado. "O posto do meu bairro (Quintas) está desativado", disse.

Sintomas parecidos tinha Francklin Fontes, 18 anos, que chegou às 10h e também esperava a vez. Eles disseram ter ido ao Carnatal. "Não levei meu filho no posto de Ponta Negra porque se aqui já está difícil de atender, imagine lá", disse Jucélia Fontes, mãe de Francklin, que desistiu da espera porque precisou ir trabalhar.

Milena Martins não afirmou que o aumento de casos desde domingo se relaciona ao Carnatal, mas diz que o fato coincide com o período da festa (03 a 06 de dezembro), e a incubação da doença varia de três a dez dias. "O número de casos já vinham aumentando, a grande polêmica surgiu porque a aglomeração aumenta o risco de transmissão. Por isso houve o alerta que a festa aumentaria a probabilidade de novos casos" comentou.

Exames

A demora ocorre também no resultado dos exames pelo [Instituto Evandro Chagas](#), em Belém (PA). "São de 15 a 20 dias, porque cresceu a demanda em todo o país. Todas as coletas são enviadas ao Lacen (Laboratório Central) e, de lá, para Belém. Quando recebe o resultado, o Lacen distribui nas unidade", diz Milena.

As coletas são feitas só em pacientes grave, mas o tratamento com Tamiflu é adotado também nos casos leves. O Giselda Trigueiro dispõe de 108 leitos, sendo quatro deles exclusivos para isolamento. "Mas devido à demanda, isolamos também enfermarias para casos da gripe", diz Milena.

Ela lembra que a Sesap contratou mais 14 leitos da rede privada, e a Secretaria Municipal de Saúde de Natal, mais dez eleitos para a influenza A e alerta para que a população mantenha as medidas de prevenção, como lavar as mãos com frequência e evitar ambientes fechados. "Os doentes suspeitos não devem sair de casa", ressalta.

A subcoordenadora de Vigilância Epidemiológica da sesap, Juliana Araújo, encontrava-se em uma reunião Brasília e não pôde atender ao telefone ontem à tarde.

Unimed

Preocupada em preservar a saúde de seus médicos cooperados e convidados frente à confirmação de um surto de gripe A (H1N1) na capital, a Unimed Natal decidiu adiar a Festa do Cooperado, que seria realizada sexta-feira (11), no Centro de Convenções. Segundo a assessoria de imprensa da Unimed, a medida visa a evitar o contágio da gripe H1N1 devido à aglomeração de pessoas.

A empresa também sugeriu aos seus hospitais conveniados, que evitem ocupar os leitos com pacientes de cirurgias eletivas. "Os diretores acreditam que nos próximos dias haverá aumento da demanda de pacientes com gripe H1N1, que precisarão dessas vagas", disse a assessora.

Unidades ainda com escalas incompletas

Na manhã seguinte ao anúncio da secretária de Saúde de Natal, Ana Tânia Sampaio, de que a Prefeitura contrataria profissionais de uma cooperativa médica para fechar as escalas de plantões, nos pronto-atendimentos, as quatro unidades 24 horas continuavam enfrentando dificuldades. De acordo com a SMS, os novos médicos se apresentariam ainda no decorrer do dia de ontem, mas pela manhã no Cidade Satélite não havia nenhum clínico, enquanto nas Rocas, Cidade da Esperança e no Sandra Celeste o número era insuficiente.

Na unidade pré-hospitalar do Cidade Satélite, não havia nenhum médico. A "sorte", porém, é que também não havia pacientes. Parte da população já conhece a situação e busca outras opções e há aqueles que ligam antes e são informados da lacuna na escala. "Temos uma médica de 40 horas (de jornada) e ela está de férias. Com os outros 13 que temos, de 20 horas cada, não tem dado para fechar a escala", aponta a diretora, Josineide Barbosa. Segundo ela, não há médicos no turno das 7h às 13h, durante a semana, e também falta completar a escala de sábado e domingo.

Seriam necessários pelo menos mais três, com jornada de 40 horas, para suprir a carência. A informação já foi repassada à SMS e a expectativa era de que os novos profissionais começassem a atuar o quanto antes. Enquanto isso não ocorre, os funcionários revelam que na falta de médicos a orientação é para que as pessoas procurem outra unidade, como a do Hospital dos Pescadores, nas Rocas, ou o pronto-atendimento da Cidade da Esperança.

Nessa última, porém, a escala também não está totalmente preenchida. Ontem havia médicos nos três turnos, mas nessa quinta-feira faltaria um profissional para a noite (19h às 7h) e nesta sexta o período da tarde (13h às 19h) é que estaria desguarnecido. A agenda segue com lacunas nas próximas semanas. Ainda assim, a demanda era pequena na sala de espera e os pacientes afirmaram que o atendimento estava ocorrendo de forma rápida.

Ao todo, cerca de 100 pessoas são atendidas a cada 24 horas na unidade, mas esse número triplica quando faltam profissionais em outros pronto-atendimentos e devido ao fechamento dos postos de saúde. "Além dos postos fechados, a demanda também tem aumentando porque o hospital Walfredo Gurgel não está atendendo os casos que não forem graves", cita o diretor, Eleázaro Damião Carvalho.

Ele garante que ninguém sai sem um atendimento da unidade pré-hospitalar da Cidade da Esperança, mesmo nos turnos em que faltam médicos. "Os pacientes são acolhidos pelos enfermeiros e é feita uma classificação de risco. Se for algo simples, pode ser resolvido até através do tele-atendimento do Samu. Se for algo mais grave, chamamos a ambulância e aí ele pode ser transferido", explica.

Na unidade específica para atendimento infantil, o Sandra Celeste, em Lagoa Nova, o movimento era tranquilo na manhã de ontem, mas a diretora Telma Lúcia de Araújo revelou que a necessidade de mais médicos existe. "Temos dois em cada turno, mas precisaríamos de três", calcula. Já no Hospital dos Pescadores, nas Rocas, a escala tem sido fechada com apenas um, quando o ideal seria o dobro, no entender do diretor Josenilton Barbosa. A dona-de-casa Maria de Fátima da Silva procurou o Hospital dos Pescadores na manhã dessa quarta-feira e considerou a situação bem melhor em relação aos dias anteriores. "Ontem (terça) vim aqui e tinha 100 pessoas e nenhum médico, pelo menos hoje tem um doutor e vou ser

atendida”, comemorou. Ela revela que não procurou outro lugar porque já sabe que, nos “postos normais”, não há médicos.

Médicos não aceitam condições do Município

Um dos problemas alegados pela SMS para a contratação de profissionais da Cooperativa dos Médicos, que irão prestar plantões para fechar as escalas nos pronto-atendimentos, é a dificuldade em atrair esses especialistas através de processos seletivos abertos pela secretaria. Em 10 já realizados em 2009 (o mais recente dura até hoje e prevê 14 vagas para clínicos e pediatras), apenas 83 médicos aceitaram as condições de trabalho e pagamento oferecidas pelo Município. Além disso, de maio até hoje 32 deixaram a Prefeitura. O contrato com a cooperativa prevê um valor de R\$ 750 por plantão de 12 horas e deve durar um mês, até que a Câmara autorize o pagamento de plantões extras aos médicos da própria Prefeitura. Atualmente a SMS conta com 200 médicos e, de acordo com a secretária Ana Tânia Sampaio, seriam necessários mais 100. Ela confirmou que, mesmo com a contratação da Coopmed, os postos de saúde vão continuar enfrentando dificuldades de pessoal.

Solução

Ao contrário do que disse a secretária Ana Tânia, as falhas de escalas nas unidades de saúde do município não serão preenchidas imediatamente. Por telefone o tesoureiro da Coopmed, Manoel Marques, informou que os médicos cooperados ainda não foram trabalhar nas unidades porque a escala ainda está sendo fechada. “Já começamos a reunir esses profissionais, a fim de preencher as lacunas do sistema”, disse Marques.

O médico da Coopmed explicou que havia uma dificuldade muito grande em conseguir profissionais para cumprir este tipo de contrato por causa dos baixos valores pagos pela Prefeitura de Natal.

“A previsão é de que até o fim-de-semana essa escala deverá estar fechada”, disse Manoel Marques. Serão utilizados para isso entre 15 e 20 médicos da

Coopmed, que irão trabalhar no Hospital dos Pescadores e nas unidades de saúde do conjunto Pajuçara, Cidade da Esperança e Cidade Satélite. O contrato é emergencial e tem a duração de 30 dias.

Projeto de lei

O deputado federal João Maia (PR/RN) apresentou, na Câmara Federal, o Projeto de Lei nº 6550/2009, que torna obrigatória aos médicos graduados em instituições de ensino superior pública a atuação profissional em programa federal de atenção básica à saúde.

A justificativa do deputado para criar a Lei está na deficiência que os municípios sentem em formar equipes para trabalhar no Programa Saúde da Família. A maioria dos médicos formados prefere trabalhar nas capitais, prestando atendimento em hospitais particulares, em detrimento ao trabalho no serviço público nas pequenas e grandes cidades.

O Projeto de Lei propõe ainda a obrigatoriedade apenas para aqueles graduados em universidades federais, com remuneração assegurada e prestação de serviço por um ano, após a conclusão do curso de medicina.

A intenção é acabar com a dificuldade de contratação de médicos e garantir o acesso à saúde.